

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DO VIRTUAL E O OBJETO  
VIRTUALIZANTE: A VISÃO DA CIDADE PELOS MORADORES DE CONDOMÍNIOS  
FECHADOS**

**Leonardo Fireman de Castro Silva**  
Centro Universitário CESMAC

**Adriana Capretz Borges da Silva Manhas**  
Universidade Federal de Alagoas UFAL

**RESUMO:**A partir dos conceitos de Moscovici (1978) sobre representações sociais e de virtualidade elaborado por Pierre Levy (1996), esta pesquisa parte da ideia segundo a qual os condomínios fechados se caracterizam como objetos virtuais de ligação entre as percepções dos indivíduos e suas representações sociais. Diante disso, tal alteração perceptiva pode resultar em uma representação idealizada sobre um espaço que nega a realidade da cidade e torna controlável toda e qualquer diferença e encontros inesperados do meio social. Tais espaços simplificam a realidade da cidade, potencializando um estilo de vida que passa a ser percebido como ideal. A vivência nos condomínios fechados pode acarretar mudanças perceptivas de seus moradores com relação à cidade, chegando a redefinições de atitudes entre esses moradores e o meio urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Percepção, Representações sociais, Condomínios Fechados, Virtual.

**A SOCIAL REPRESENTATION THROUGH THE VIRTUAL AND  
VIRTUALIZER OBJECT: THE VISION OF THE CITY BY THE RESIDENTS OF THE  
GATED COMMUNITIES**

**Leonardo Fireman de Castro Silva**  
Centro Universitário CESMAC

**Adriana Capretz Borges da Silva Manhas**  
Universidade Federal de Alagoas UFAL

**ABSTRACT:**Based on the concepts of Moscovici (1978) on social representations and virtuality prepared by Pierre Levy (1996) this research is part of the idea that gated communities are characterized as virtual objects linking perceptions of individuals and their social representations. Therefore such a perceptual change may result in an idealized representation of a space that denies the reality of the city and makes it manageable any difference and unexpected encounters in the social environment. Such spaces simplify the reality of the city promoting a lifestyle that is perceived as ideal. The experience in gated communities can result in a perceptual shift of the residents with the city reality, this change may result in modifications on the attitudes of these social relations promoted in urban areas.

**KEYWORDS:** Perception, Social representations, Gated Communities, virtual.

## **INTRODUÇÃO**

O constante aumento da violência na cidade e a presença do de um “mercado da segurança” promovem a sensação de medo nas pessoas, que procuram se defender fugindo da realidade da cidade, buscando um espaço que proporcione o necessário para uma melhor

qualidade de vida. Tal fuga provoca o surgimento de espaços fortificados que fragmentam o tecido social criando barreiras para qualquer tipo de ameaça. A vivência nos condomínios fechados pode acarretar mudanças na percepção dos moradores com relação à cidade. Determinadas modificações perceptivas podem influenciar atitudes e, conseqüentemente, as relações sociais vigentes no cenário urbano.

Baseado em dados de pesquisa empírica aplicada na dissertação de mestrado intitulada “Os simulacros urbanos e a percepção da cidade: um estudo de caso” (SILVA, 2013) este artigo objetiva debater os aspectos que influenciam uma mudança perceptiva dos moradores dos condomínios fechados com relação ao cenário da cidade fora dos muros que os cercam. Para isso, algumas reflexões serão lançadas: como um determinado grupo percebe a sua realidade? Quais são os fundamentos para a construção da percepção coletiva? Através do que a percepção materializa a realidade? E como isso pode ser representado no cotidiano dos indivíduos? Para ajudar a pensar sobre essas questões propõe-se a utilização dos conceitos de representação social elaborado por Moscovici (1978) e de virtualidade, por Pierre Lévy (1996).

### **A PERCEPÇÃO COLETIVA MODIFICANDO O MEIO SOCIAL**

A percepção da realidade é objetivada através da elaboração de “imagens construídas sobre o real” (MINAYO, 1994, p. 108) pelos indivíduos dentro de suas relações com seu meio social, nas ações e no espaço coletivo comum a todos. O espaço público possibilita que determinado grupo social desenvolva e construa saberes em comum, que são percebidos como representações do espaço pelo coletivo, ou seja, representações sociais.

As representações sociais possuem características dinâmicas do grupo que as criou, sendo resultado de um processo constante, surgido a partir das ações coletivas dos indivíduos que formam o grupo. Tais ações refletem nas relações sociais dentro e fora do grupo e assim toda ação individual é caracterizada pelas representações sociais que o grupo construiu.

Os grupos sociais determinam normas e regras de convívio, possuem ideias e objetivos em comum e elaboram informações próprias segundo sua percepção e experiência de mundo. Diante das relações sociais estabelecidas pelo grupo, a identidade do mesmo se constrói, dando características únicas à determinada coletividade. No entanto, quando determinadas regras e normas são questionadas e/ou desafiadas, de acordo com Moscovici (1978), tem início o surgimento das representações sociais que, para ele, são uma resposta do grupo às intervenções externas que desafiam a identidade coletiva dos mesmos, podendo alterar a imagem do grupo em relação a si mesmo ou como este pode ser visto pelos outros.

Moscovici (1978) parte do conceito de representação coletiva elaborado por Émile Durkheim para a construção de sua própria teoria. Diante disso, é entendido por ele que as

representações sociais são construídas socialmente pelos grupos e se caracterizam como imagens da realidade.

Araujo (2008, p.101) mostra que Émile Durkheim (1970) “não se atém apenas à observação e análise do que é verbalizado pelos indivíduos para representar a realidade”. Segundo a autora, Durkheim afirma que a representação feita pelo grupo acontece até pela sua forma de distribuição territorial diante da realidade percebida, sendo também a representação caracterizada pela organização da vida social do grupo e suas mediações empíricas. Para Durkheim, as representações coletivas:

[...] são exteriores com relação às individuais, é porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente. Naturalmente na elaboração do resultado comum, cada qual traz a sua quota-parte; mas os sentimentos privados apenas se tornam sociais pela sua combinação, sob a ação de forças *sui generis*, que a associação desenvolve; em consequência dessas combinações e das alterações mútuas que delas decorrem, eles se transformam em outra coisa. (DURKHEIM, 1970, p. 39)

Diferentemente de Durkheim, Moscovici (1978) dá ênfase à verbalização - o discurso dos componentes do grupo estudado -, por isso o seu instrumento metodológico mais importante é a entrevista. De acordo com Araujo (2008, p. 101), a aproximação entre os dois conceitos resultou que a teoria das representações sociais baseia-se na análise de entrevistas qualitativas e na observação do discurso apresentado pelos informantes.

Uma característica marcante do conceito de representação coletiva é que ela não é resultado de cada indivíduo isoladamente, mas sim de uma cooperatividade de todos. Assim, pode-se ver o ponto de partida da teoria de representações sociais de Moscovici (1978), que objetiva analisar as informações e ideias determinadas pelos diferentes grupos urbanos, mas que difere de Durkheim porque não se trata de toda uma sociedade e sim da análise de pequenos grupos sociais. Uma das diferenças existentes entre as duas teorias é de como as representações podem ser entendidas e analisadas no campo da pesquisa. Segundo Araujo (2008), Durkheim<sup>1</sup> afirma que a ação dos indivíduos não tem influência direta no fenômeno social, sendo entendido que o papel do indivíduo é pequeno na compreensão do social.

[...] o fenômeno social não depende da natureza pessoal dos indivíduos. É que na fusão da qual ele resulta, todas as características individuais, sendo divergentes por definição, neutralizam-se e apagam-se mutuamente (DURKHEIM, 1970, apud ARAUJO, 2008, p.102).

Já Moscovici (1978) mostra que os indivíduos que formam determinados grupos sociais elaboram um conjunto de informações em comum, resultante do que é percebido da realidade com a qual todos se relacionam. Para ele o indivíduo tem um papel atuante e importante na construção das representações sociais.

---

<sup>1</sup> DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p. 28).

Araujo (2008) afirma que a teoria da representação social pretende explicar a relação representação/ação, isto é, um consenso conceitual criado por um grupo social e a sua ação, formando um complexo onde todos os elementos estão associados em uma compreensão de uma realidade percebida, determinando características sobre as ações sociais deste grupo em questão.

Como resultado do complexo representação/ação os indivíduos condicionam suas ações em concordância com os elementos que caracterizam suas representações sociais que eles mesmos desenvolveram. As representações sociais e a ação são fases que fazem parte do mesmo processo de entendimento e percepção do mundo social e suas relações, por isso a importância da análise das representações sociais para determinar o conhecimento sobre um grupo específico e apreender a origem dos modos de agir de seus diferentes representantes.

O estudo das representações sociais diz respeito ao entendimento de como os indivíduos se percebem na relação com a sociedade mais ampla, como se sentem frente à realidade. A representação social trata-se do sentimento que têm sobre a realidade, as ações e informações que reuniram e transformaram em uma teoria do senso comum, apta para explicar a sua realidade e a si mesmo (ARAÚJO, 2008, p.103).

Ainda segundo Araujo (2008) esta teoria é dinâmica, sendo capaz de absorver ou excluir alguns componentes em seu objetivo de compreensão da realidade, e oferece contribuições para a ação dos indivíduos diante da mesma. Isso demonstra a necessidade de se dar ênfase aos novos elementos acionados e à percepção do grupo com relação a eles, pois a incorporação do novo pode acarretar uma mudança significativa na representação social e, como consequência, dar novo sentido às ações dos indivíduos envolvidos.

No processo de elaboração das representações sociais, os indivíduos organizam imagens, histórias e linguagens arrecadadas de ações e experiências que lhes são comuns. Ao experimentar e perceber diferentes fatos de sua realidade, os indivíduos buscam meios de reproduzir tais informações, mas, as representações sociais não podem ser consideradas meras reproduções do real. As representações sociais vão além disso: elas são resultado de uma lógica natural em que os elementos percebidos são interpretados e reconstruídos, dando-lhes um significado específico perpassando por aspectos emocionais, cognitivos e afetivos. Pode-se afirmar, portanto, que o real é percebido, remodelado e representado, fazendo parte das relações e do conhecimento em comum do grupo.

Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são e que nos tornam comuns. Encarada de modo passivo, ela é compreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um projeto, de um feixe de ideias que lhe são exteriores. A analogia com uma fotografia captada e alojada no cérebro é fascinante; a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem. É nesse sentido que nos referimos, frequentemente, à

representação (imagem) do espaço, da cidade, da mulher, da criança, da ciência, do cientista, e assim por diante (MOSCOVICI, 1978, p.25)

As representações sociais captam a realidade, seus elementos, fatos e pessoas, identificam e classificam registrando todas estas informações na memória do grupo. É a partir destas informações que o grupo tem um conhecimento organizado de forma coletiva, que irá dar-lhes um sentido para a interpretação do real, para em seguida planejar suas ações com coerência sobre o que foi percebido e interpretado. Para Moscovici (1978), o processo de formação das representações sociais é desencadeado pelo objetivo de transformar algo não familiar em familiar, tendo como base a familiarização do que é desconhecido pelo grupo. Diversos elementos, como fatos, pessoas, leis, normas ou regras de convívio que não sejam familiares ao meio, necessitam se tornar familiares ao serem inseridos no cotidiano de determinado grupo, podendo interferir nas relações, possibilitando mudanças nas ações do coletivo.

Com o mesmo objetivo, as informações não familiares coletadas e percebidas pelo grupo serão comparadas com as anteriormente apreendidas, para serem compreendidas e tornadas familiares. Tal percepção de novos dados estará impregnada de elementos atuantes no grupo, e será representada de uma forma única de acordo com as características de percepção da realidade do grupo.

De acordo com Moscovici (1978), o desconhecido atrai, mas, ao mesmo tempo, pode perturbar tanto os indivíduos quanto o grupo que estes formam, mexendo com as referências cotidianas da compreensão da realidade, tornando necessária a transformação do não familiar em familiar. Segundo ele, o entendimento do mundo não é isoladamente necessário, mas sim, ao representar algo novo, tudo muda, causando uma dinâmica no cotidiano dos indivíduos ou do grupo. Acrescenta-se informação, surge um novo mundo percebido, interpretado e representado.

A realidade vivida dentro dos condomínios fechados - objeto principal deste artigo - é diferenciada da realidade vivida fora dele. Tal diferenciação se dá a partir da potencialização de um estilo de vida que se sobressai ao que é vivido na cidade e do estabelecimento de normas e regras de convívio social que só se aplicam aos seus moradores. De certo modo, depois de um tempo de convivência nestes espaços, o morador pode passar a perceber o ambiente melhorado do condomínio como mais familiar do que a realidade que está fora dos muros, que tenderia a ser percebida como um ambiente estranho e de ameaças.

A função da representação social pode ser entendida como:

[...] tornar familiar o não familiar numa dinâmica em que objetos e eventos são reconhecidos, compreendidos com base em encontros anteriores, em modelos. No caso, a memória predomina sobre a lógica, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, perturbador do universo exterior para o interior, coloca-o em uma categoria e contexto conhecidos. Nesse universo consensual o veredicto precede o julgamento (LEME, 1995, p.48).

Para Araujo (2008, p.105), afirmar que no universo consensual o veredicto precede o julgamento “significa dizer que quando se dá o processo de construção das representações sociais, os indivíduos são parciais na escolha de histórias, mitos ou fatos para identificar e se familiarizar com o novo. Não se trata de uma decisão neutra”. Ao integrar as novas informações, o grupo as define como boas ou ruins, normais ou fora dos padrões. Sempre haverá uma classificação positiva ou negativa e um posicionamento hierárquico. Assim, os novos fatos também serão classificados como melhores ou piores do que os compreendidos anteriormente.

Uma informação familiar, ao encontrar uma desconhecida, pode ser potencializada por ela, ou o estranhamento provocado pela desconhecida pode afetar a familiar e a tornar desagradável ao grupo. Sendo assim, o resultado seria o surgimento da possibilidade de que a informação desconhecida pudesse vir a tomar o lugar ou fundir-se ao consenso familiar dos indivíduos que formam o grupo.

Segundo Moscovici (1978), a representação social se utiliza de dois meios para desempenhar sua função de familiarizar o grupo com o desconhecido: a objetivação e a ancoragem. Segundo ele, a objetivação:

faz com que se torne real um esquema conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem, em primeiro lugar, flexibilidade cognitiva: o estoque de indícios e de significantes que uma pessoa recebe, emite e movimenta no ciclo das infracomunicações pode tornar-se superabundante. [...] objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as (e adotando assim certa distância a seu respeito). É também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo (MOSCOVICI, 1978, p. 110).

Ainda de acordo com Moscovici (1978), as duas operações essenciais que constituem a objetivação são a de *naturalizar* e a de *classificar*. No ato de naturalizar o símbolo se torna real, enquanto na classificação, a realidade toma um aspecto simbólico. No processo de objetivação o grupo social adquire novos dados para o seu conjunto de informações sobre a realidade. Os elementos, novos e antigos, são assimilados e sistematizados em um conceito comum a todos para auxiliar na explicação das relações dos indivíduos dentro e fora do grupo. A naturalização e a classificação são realizadas no processo de objetivação, e o que resulta deste é inserido em um contexto onde outras objetivações e representações sociais já participam do cotidiano do grupo, formando todo o universo representacional percebido, que tem a função de possibilitar uma interpretação da realidade social pelo grupo.

O segundo processo de formação da representação social é a ancoragem. A ancoragem dá àquilo que é estranho ao grupo uma ligação a uma representação social já existente, ligando o novo aos dados já conhecidos, estabelecendo uma conexão, buscando semelhanças e sistematizando em uma classificação hierarquizada. Assim sendo, esta ligação não ocorre aleatoriamente, mas juntamente com informações antigas que posicionarão o novo elemento

como positivo ou negativo, de acordo com o conjunto de percepções representadas que o grupo já conhece.

Um exemplo da ancoragem como forma de entendimento do processo coletivo na construção das representações sociais é a forma como os viajantes e descobridores descrevem as novas experiências que vivem em ambientes não familiares. As novas percepções e experiências sempre são descritas correlacionadas com as experiências e conhecimentos anteriores, tornando familiar aos leitores as experiências vivenciadas por eles, portanto no âmbito de um entendimento comum ao grupo ao qual pertencem. Em um trecho da carta que Pero Vaz de Caminha escreve ao rei D. Manuel mostra-se bem esta característica:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber (BIBLIOTECA NACIONAL DO LIVRO, 2012)

Moscovici (1979, p.289) mostra que na ancoragem ocorre uma construção de uma rede de significados quando os indivíduos do grupo associam a informação conhecida com a desconhecida. As informações conhecidas são ativadas objetivando-se a familiarização com o novo, neste processo o novo vai se tornando palpável, materializando-se em um entendimento que lhe dá sentido de existência para com o grupo que o está percebendo.

Segundo Moscovici (1978, p. 259), há também nesse meio uma forma de preservação destes conhecimentos e experiências já vivenciadas pelos indivíduos do grupo que se tornam representações coletivas. Para ele, a constante repetição das representações sociais em meio ao grupo faz com que ocorra uma preservação das ideias já estruturadas e facilita a organização do julgamento comum a todos. Os indivíduos do grupo repetem suas representações com o objetivo de lembrarem a posição em que cada um se encontra nas relações do meio em que estão inseridos, reafirmando suas ideias e também se reciclando.

As representações sociais compõem o que um grupo percebe e representa diante da realidade ao seu redor, e como demonstra Moscovici (1978), tal percepção e interação com a realidade influenciam as ações dos indivíduos e, conseqüentemente, do grupo. Percebe-se aqui a relação entre o olhar subjetivo (percepção do indivíduo) e o objetivo (a realidade em si). Como resultado desta relação, a realidade toma forma de símbolos e representações que determinam particularidades interpretativas, com o objetivo de ajudar os indivíduos que compõem os grupos sociais a desvendar e entender o que está a sua volta.

De acordo com Moscovici (1978), as representações sociais podem ser compreendidas como “imagens construídas sobre o real”, tais imagens são formadas pela percepção dos

sentidos e da imaginação, misturadas a todas as experiências passadas e atuais do indivíduo. A imaginação, segundo Lévy (1996), é um vetor da virtualização que o indivíduo se utiliza para absorver o entendimento do que seria aquilo que foi percebido e entendê-lo, para em seguida transmitir ao próximo, criando-se, assim, uma inteligência coletiva.

## **O CONDOMÍNIO FECHADO COMO OBJETO VIRTUALIZANTE E SEUS EFEITOS NA PERCEPÇÃO COLETIVA.**

Desde a Idade Média, o ideal de subúrbio<sup>2</sup> representa uma paisagem habitacional que concebe a fronteira entre o urbano e o rural. Há séculos os guetos suburbanos vêm sendo usados como forma de isolamento sociocultural e de demonstração e exercício de controle político. De acordo com Dacanal (2004, p.70), “(...) nos séculos X e XI, no primeiro período de urbanização, durante a Idade Média, os palácios de senhores eclesiásticos e de condes localizavam-se em áreas suburbanas, para controlar o direito de banalidade – cobrança de impostos”.

Desde o século XII, a evolução das cidades medievais consistiu na reunião, e numa única instituição, do núcleo primitivo da cidade e de um ou dois burgos importantes. A cidade vai, portanto, lançar seu poder sobre certa extensão em volta, na qual exercerá direitos mediante coleta de taxas: é isso que se chamará de subúrbio. É certo que já existiam em Roma os arrabaldes, por exemplo, os arrabaldes dos marinheiros, da plebe, como o mal afamado Suburre; mas a unidade contemporânea entre a cidade e seu subúrbio, tão interdependentes, data da Idade Média (LE GOFF, 1998, p.17).

Enquanto a cidade permanecia contida em si mesma, era possível manter um equilíbrio entre a área rural e urbana. Nos subúrbios o indivíduo podia desfrutar de todos os prazeres da cidade e ainda apreciar uma paisagem verdejante e ensolarada, mas, tal regalia era para poucos. Mumford (1998, p.522) afirma que “uma das primeiras penas da continuação do crescimento urbano foi o fato de deixar aquele agradável cenário a tal distância e de o haver confinado cada vez mais às classes dominantes”.

Ser aquilo mesmo que se é; construir sua própria casa, única, no meio de uma paisagem única; viver uma vida centralizada em si mesma, nesse Domínio de Arnheim, no qual a fantasia privada e o capricho teriam licença para se expressar abertamente; em suma, retirar-se como um monge e viver como um príncipe – essa foi a finalidade dos criadores originais dos subúrbios. Propunham eles, com efeito, criar um asilo, no qual pudessem, como indivíduos, vencer os defeitos crônicos da civilização, embora comandando ainda à vontade os privilégios e benefícios da sociedade urbana. Essa Utopia se revelou, até certo ponto, realizável: tão encantadora que aqueles que a conceberam deixaram de perceber o castigo final a ela ligado – o castigo da popularidade, a inundação fatal de um movimento de massas cujos números acabariam por fazer desaparecer os bens que cada indivíduo procurava para seu próprio círculo doméstico e, pior ainda, substituí-los por uma vida que não era sequer uma falsificação barata, mas, pelo contrário, a desoladora antítese (MUMFORD, 1998, p.525).

Assim como nos subúrbios essa busca da liberdade que se tem nos condomínios fechados mostra que, ao tentar fugir dos problemas da cidade, provoca-se um isolamento da

---

<sup>2</sup> Os subúrbios são citados aqui por serem antecessores dos condomínios fechados influenciando a projeção destes no meio social contemporâneo. Na América do Norte e em muitos países europeus, principalmente nos Estados Unidos da América e no Canadá, um subúrbio é um núcleo urbano localizado nos arredores de um núcleo metropolitano central, onde geralmente vivem famílias de classe média ou alta, com índices variáveis de qualidade de vida e segurança, mas em geral maiores do que os das áreas residenciais centrais.

diversidade, acarretando no abandono de tais problemas, que continuam sendo pertinentes ao restante da população, a qual não tem condições de custear tal isolamento. A fuga é mais fácil e cômoda e a solução é demorada e custa caro. Os condomínios fechados são abundantes em paz, segurança, higienização, mas são pobres em diversidade cultural, heterogeneidade social e de visões diferenciadas de mundo que enriquecem o julgamento do indivíduo, tendo em vista que este passa a ver as coisas de diferentes pontos de vista, criando a possibilidade de sistematizar conhecimentos diferenciados para achar diversas soluções para determinados problemas enfrentados na vida.

Mas, como os moradores destes ambientes percebem a cidade a partir de certo isolamento que o condomínio possibilita? Como representar a cidade em que se vive e buscar melhorias para a mesma se os serviços que seriam públicos são bem atendidos em um espaço privado e “seguro” dentro dos muros do condomínio? Para tanto é preciso entender como a percepção do ser humano se forma diante da vivência em um ambiente que potencializa um estilo de vida virtualizado com relação ao cenário do restante da cidade.

A percepção do ser humano é herdada de acordo com o desenvolvimento social e com as experiências do meio em que cada um vive. A linguagem herdada dos antepassados potencializa a inteligência e torna o ser humano adaptável ao seu presente, pronto para o seu futuro com base nos ensinamentos do passado. Os conhecimentos anteriores agem como virtualizadores que passam a potencializar o sujeito, que também busca otimizar sua própria realidade.

É impossível exercermos nossa inteligência independentemente das línguas, linguagens e sistemas de signos (notações científicas, códigos, visuais, modos musicais, simbolismos) que herdamos através da cultura e que milhares ou milhões de outras pessoas utilizam conosco. Essas linguagens arrastam consigo maneiras de recortar, de categorizar e de perceber o mundo, contêm metáforas que constituem outros tantos filtros daquilo que é dado e pequenas máquinas de interpretar, carregam toda uma herança de julgamento implícitos e de linhas de pensamento já traçadas. As linguagens e os sistemas de signo induzem nossos funcionamentos intelectuais, as comunidades que os forjaram e fizeram evoluir lentamente pensam dentro de nós. Nossa inteligência possui uma dimensão coletiva considerável porque somos seres de linguagem. (LÉVY, 1996, p.97).

O virtual é uma projeção do real, uma extensão da realidade e dos problemas da mesma. Lévy cita em seu livro a definição que distingue o possível do virtual teorizada por Gilles Deleuze:

O possível já está todo construído, mas permanece no limbo. O possível se realizará sem que nada mude sua determinação nem sua natureza. É um real fantasmático, latente. O possível é exatamente como o real só lhe falta a existência. Já o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual, trata-se de um complexo problemático que acompanha uma situação, objeto ou entidade. (LÉVY, 1996, p.15).

Mas o que é virtualização? “A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possibilidades), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto”. (LÉVY, 1996,p.16).

Virtualizar um objeto ou uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral que, de acordo com Lévy (1996), se relaciona com a mutação da entidade em direção a essa interrogação, redefinindo a atualidade como resposta a uma questão em particular.

A atualização vai de um problema a uma solução, a virtualização passa de uma solução dada a um outro problema. Ela transforma a atualidade inicial em caso particular de uma problemática mais geral, sobre o qual passa a ser colocada a ênfase ontológica. Com isso a virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cria um vazio motor. (LÉVY, 1996, p.18).

A virtualização se conceitua como um dos principais vetores da criação da realidade. Ao remodelar o mundo em busca de uma interrogação, a virtualização, segundo Lévy (1996), altera a realidade, porque aumenta as possibilidades e potencializa o real, nulificando o atual.

O virtual não tem territorialidade e nem temporalidade, mas existe e se reproduz constantemente, impossibilitando uma fuga ou processo de quebra do mesmo. A virtualidade potencializa o real através de diferentes tipos de ferramentas, “a imaginação, a memória, o conhecimento, a religião são vetores de virtualização que nos fizeram abandonar a presença muito antes das redes digitais e da informatização”. (LÉVY, 1996, p.18).

Quando uma pessoa ou um grupo se virtualiza ocorre uma espécie de desengate do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário. A virtualidade serve como válvula de escape para as limitações do mundo real tornando-o muito mais amplo e ao mesmo tempo aproximando as pessoas. (LÉVY, 1996, p.18).

As ferramentas que o ser humano utiliza para realizar funções que vão além de sua capacidade real e natural, possibilitam o surgimento da sua própria virtualização, que transcende os limites que a natureza impõe, possibilitando o surgimento do homem virtual.

Mas as ferramentas não são apenas memórias, são também máquinas de perceber que podem funcionar em três níveis diferentes: direto, indireto e metafórico. Diretamente, lentes, microscópios, telescópios, raios-x, telefones, máquinas fotográficas, câmeras, televisões etc. entendem o alcance e transformam a natureza de nossas percepções. Indiretamente, os carros, os aviões ou as redes de computadores (por exemplo) modificam profundamente nossa relação com o mundo, em particular nossas relações com o espaço e o tempo de tal modo que se torna impossível decidir se eles transformam o mundo humano ou nossa maneira de percebê-lo. (LÉVY, 1996, p. 98).

Essas ferramentas que potencializam o ser humano alterando sua capacidade intelectual e física são também chamadas por Lévy (1996) de “objeto-ligação”, onde um objeto pode possibilitar a potencialização de um coletivo, mesmo que por pouco tempo ligá-los de maneira única, e, ao mesmo tempo, valorizar a individualidade. O autor orienta que esse objeto de ligação não se restringe apenas à matéria, mas também se refere ao intangível, por exemplo, uma ideia. “Assim como o grupo depende do objeto para conseguir uma potencialidade através da virtualização, o objeto só se mantém ao ser mantido por todos e o grupo só se constitui ao fazer circular o objeto”. (LÉVY, 1996, p.131).

Essa virtualidade em um suporte objetivo atualiza-se normalmente em acontecimentos, em processos sociais, em atos ou afetos da inteligência coletiva (passes de bola, enunciações de uma narrativa, compras ou vendas, novas experiências, ligações acrescentadas a web) mas o objeto, em vez de conduzir ato,

pode também degradar-se em coisa, em sujeito ou em substância, reificar-se em presa, em território. (LÉVY, 1996, p.131).

O objeto dá base ao virtual, “sustenta o virtual desterritorializado, operador da passagem recíproca do privado ao público ou do local ao global” (LÉVY, 1996, p.130), o objeto traça a situação, centraliza a inteligência do grupo. Tal virtualidade potencial é transmitida através do objeto de ligação que serve como condutor.

Diante do exposto, podemos interpretar os condomínios horizontais fechados como objetos virtuais de ligação entre a percepção dos indivíduos e suas representações coletivas, tendo em vista que a representação coletiva é um dos principais fatores que definem e regulamentam as ações de um determinado grupo, influenciando-o na definição das normas e regras de convívio social. Com a reprodução de uma realidade alternativa ao contexto em que se inserem, os condomínios podem influenciar a percepção dos indivíduos com relação ao contexto geral ao qual se nega - no caso a cidade - e como resultado, alterar as representações coletivas e consequentemente suas ações diante do meio.

## **CONCLUSÃO**

As vantagens da segurança proporcionadas dentro do espaço que os condomínios fechados oferecem – tendo em vista a possibilidade da construção de um ambiente melhor do que o contexto em que está inserido – cria um sentimento de segurança nos condôminos, mesmo com o aumento constante da violência na cidade<sup>3</sup>. Os moradores sentem-se seguros como que dentro de uma cúpula protegida das ameaças do mundo exterior; isso deriva da tentativa de reconstrução de uma urbe referenciada em um passado que não mais existe.

A vivência no ambiente dos condomínios fechados faz com que este se torne objeto de ligação entre seus moradores, passando a formar uma percepção coletiva virtualmente idealizada, que é refletida nas representações sociais do grupo, e, consequentemente, em suas ações para com a sociedade. O espaço privado do condomínio torna-se familiar aos moradores, passando a ligá-los por uma realidade idealizada que se distancia do contexto da realidade vivida fora dos muros. Tal diferenciação é representada coletivamente e cria um antagonismo entre a cidade e o condomínio, dificultando o surgimento de um sentimento de pertencimento dos moradores para com a primeira. O condomínio passa a fragmentar a cidade impondo barreiras visíveis (muros, vigias, difícil acesso, câmeras, entre outros) e não visíveis (nível social, medo das diferenças, desconfiança, entre outros) ao restante da população da cidade, evitando uma coesão social que se materialize em uma identidade integrada da cidade como um todo.

---

<sup>3</sup> Isso se confirmou em aplicação do questionário na pesquisa: Sobre os simulacros urbanos e a percepção da cidade um estudo de caso (SILVA, 2013).

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Marivânia Conceição de. **A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica**. Revista Hospitalidade. São Paulo, ano V, n. 2, p. 98-119, jul.- dez. 2008.
- DACANAL, C. **Acesso restrito: reflexões sobre a qualidade ambiental percebida por habitantes de condomínios horizontais**. Rio Claro: UNESP-IGCE, Dissertação de Mestrado em Geografia, 2004.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com jeanlebrun**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp 1988.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARECHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações Sociais**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social e psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, p.521-566, 1998.
- SILVA, Leonardo Fireman de Castro. **Sobre os simulacros Urbanos e a Percepção da cidade: Um estudo de caso**. 2013. 199 f. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013